

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANÁLISE DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE
SUSTENTABILIDADE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
II NA REDE PÚBLICA PESSOENSE**

CARLOS ANDRÉ DE MENEZES SILVA

**JOÃO PESSOA-PB
Outubro 2018**

CARLOS ANDRÉ DE MENEZES SILVA

**ANÁLISE DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE
SUSTENTABILIDADE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
II NA REDE PÚBLICA PESSOENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Administração, pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

Professora Orientadora: Dr^a. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho

JOÃO PESSOA-PB
Outubro 2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Carlos Andre de Menezes.
Análise de concepções e práticas de sustentabilidade de
alunos do ensino fundamental II na rede pública
pessoense / Carlos Andre de Menezes Silva. - João
Pessoa, 2018.
25 f.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação. 2. Sustentabilidade. 3. concepções. 4.
Gestão. I. Título

UFPB/CCSA

Folha de aprovação

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração

Aluno: Carlos André de Menezes Silva

Trabalho: ANÁLISE DE CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II NA REDE PÚBLICA PESSOENSE

Área da pesquisa: Gestão pública

Data de aprovação: 29/10/2018

Banca examinadora

Orientador

Membro 1 (obrigatório)

Membro 2 (opcional)

RESUMO

O conceito sobre sustentabilidade, bem como suas aplicações na área educacional enquanto meio de transformar o comportamento das novas gerações a ponto de se tornar uma conduta social corriqueira, é relativamente novo e desafiador. E entender como a educação para a sustentabilidade pode ser vivenciada em sala de aula e aplicada dentro e fora do ambiente escolar torna-se relevante para a sociedade e para o futuro que queremos. O presente artigo tem como objetivo analisar as diferentes concepções dos alunos do ensino fundamental II da escola Dom Hélder Câmara situada no bairro Valentina de Figueiredo e que faz parte da rede pública municipal de ensino em João Pessoa/PB, bem como as práticas sustentáveis desenvolvidas por ela no intuito de fortalecer o processo de formação dos alunos em cidadãos mais conscientes com o meio em que vivem. A pesquisa foi realizada com alunos do 6º ao 9º ano por meio de entrevistas individuais, compreendendo uma representatividade dos quatro anos do período em questão. Também foi observado o ambiente escolar, além de entrevistas com a direção da escola e professores das áreas de ciências, artes, geografia, história, português e matemática. Foi identificado na pesquisa que os alunos entendem apenas o lado ambiental, ou seja, a preservação da natureza, sem levar em consideração os aspectos sociais e econômicos que juntos formam o tripé da sustentabilidade. A ausência de integração do tema com as matérias obrigatórias do ensino básico, mesmo sendo obrigatório por lei, é outro aspecto observado. Os resultados apontam para uma necessidade de capacitação dos professores referentes à educação para a sustentabilidade e desenvolvimento de projetos sustentáveis que envolvam alunos, escola e comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, sustentabilidade, Concepções, Gestão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	04
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	06
2.1 Educação para sustentabilidade.....	06
2.2 Gestão escolar.....	08
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	12
4.1 Educação para sustentabilidade no processo de formação dos estudantes na escola estudada.....	12
4.2 Educação para sustentabilidade e o conteúdo ministrado nas disciplinas..	16
4.3 Percepções dos estudantes do ensino fundamental sobre a sustentabilidade na prática.....	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II.....	23

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de mudanças globais no desenvolvimento das sociedades através dos comportamentos sociais, econômicos e ambientais, em um contexto de degradação ambiental crescente, requer uma mudança na forma de pensar e agir da sociedade, empresas e poder público. Nesse sentido, a educação para a sustentabilidade surge como desdobramento dos esforços iniciados em Tsibilisi, nos anos de 1977, numa Conferência Internacional a fim de criar as condições para a formação de novas gerações conscientes sobre a importância dos recursos naturais não renováveis através de uma educação inclusiva e participativa, ou seja, uma reformulação nos sistemas de ensino e na transmissão do conhecimento. Para Leff (2001), há uma impossibilidade de reverter os problemas ambientais sem uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, valores e comportamentos.

Entender que o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras é a base para o entendimento do conceito da sustentabilidade. É tarefa para todos os envolvidos no processo educativo. Refletir sobre isto abre uma nova perspectiva sobre o papel da escola como local propício ao desenvolvimento da criticidade do sujeito numa visão que priorize um novo perfil de aprendizado com ênfase no desenvolvimento sustentável (JACOBI, 2005).

Outro aspecto a ser considerado é que a gestão pública precisa buscar meios para que a capacitação dos profissionais se torne contínua e habitual de modo a desenvolver nos alunos o pensamento crítico orientando-os ao entendimento da conexão entre o desenvolvimento econômico e social, a atividade humana para gerar tal desenvolvimento e a degradação ambiental pela qual estamos vivenciando de modo que haja mudança de valores dos estudantes diante da natureza (RESENDE; SILVA, 2016).

Existe, portanto, a necessidade de se incrementar os meios e a acessibilidade à informação, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais e informativos de sua oferta com o objetivo de alterar a degradação socioambiental vivenciada até o momento. Trata-se de promover a consciência ambiental expandindo a possibilidade da população de participar em níveis mais altos dos processos decisórios aumentando sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental (JACOBI, 2003).

Sorrentino (1998) afirma que a educação para a sustentabilidade assume uma função transformadora ao revelar um novo tipo de desenvolvimento - o desenvolvimento sustentável. Então, para que mudanças mais profundas, contínuas e duradouras no modelo político, econômico e social vigente tornem nosso modo de produção sustentável é preciso que a educação para a sustentabilidade faça parte do currículo escolar dos ensinos fundamental e médio por meio de teorias em sala, práticas sustentáveis e desenvolvimento de projetos sustentáveis. Segundo Santos (2017), essa é a fase de maior duração, nove anos, e também é o período de internalização dos significados e valores do mundo para as crianças e adolescentes.

Silva (2018) concorda com o exposto ao afirmar que “[...] diversos líderes mundiais voltaram sua atenção para a insustentabilidade do modelo econômico dominante”. E que uma nova forma de modelo só será possível através da educação para a sustentabilidade. De acordo com Silva (2016), são poucos os estudos com a temática da sustentabilidade e suas aplicações no âmbito das escolas de ensino fundamental. E entender como o processo de ensino e aprendizagem em torno dessa temática é desenvolvido e se está sendo aplicada de acordo com as normas vigentes é de grande importância para entendermos as diferentes concepções dos alunos sobre sustentabilidade nessa fase da vida escolar.

Dessa forma, o presente trabalho busca complementar as pesquisas já realizadas sobre educação para a sustentabilidade no âmbito das escolas públicas de ensino fundamental e médio, desvendar as práticas utilizadas para o ensino sobre sustentabilidade na instituição educacional pesquisada e como os alunos do ensino fundamental a concebem.

O objetivo específico deste artigo é analisar as práticas sustentáveis desenvolvidas no ambiente escolar, analisar como a educação para a sustentabilidade é desenvolvida na escola e entender como os alunos concebem a sustentabilidade de modo que se alcance o objetivo geral que é identificar as diferentes concepções dos alunos do ensino fundamental II desta instituição de ensino sobre sustentabilidade. Espera-se que os resultados encontrados promovam para a escola e demais atores envolvidos motivações em busca de novas perspectivas de transformação da realidade e perpetuação das práticas sustentáveis.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Educação para sustentabilidade

A preocupação com as mudanças climáticas e o aquecimento global coincide com o *boom* do consumismo do século passado no início da década de 70, mas foi na Rio-92, em que 173 Chefes de Estado e de Governo lançaram um documento que ficou conhecido como Agenda-21, atualmente agenda 2030 com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) que somam 17 objetivos. Especificamente este artigo está inserido no ODS 4 cujo objetivo é assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Nesta mesma ocasião, na Rio-92, dois importantes e complementares documentos foram assinados: a Carta da Terra e o Tratado da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e a Responsabilidade Global. Em 2002, as Nações Unidas lançaram a Década para a Educação e Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), ou seja, estamos vivenciando uma preocupação global e crescente com as questões ambientais. O mundo está se mobilizando, inquietado com as ações, hábitos e costumes da sociedade em geral. Contudo, as degradações, o consumismo e os abismos sociais ainda persistem, aumentam e preocupam e por isso os grandes desafios ainda não foram superados. Segundo Gadotti (2008), a Carta da Terra possui um grande potencial educativo, ainda não suficientemente explorado, por nos propor um diálogo intertranscultural que nos guia para uma superação de conflitos civilizatórios que vivemos hoje.

Propostas e ações foram tomadas ao longo dos anos para o desenvolvimento sustentável, mas para dar continuidade a essas ações é preciso que a sociedade esteja envolvida diretamente com tais mudanças. Através da educação para a sustentabilidade, as novas gerações tendem a mudar comportamentos antes tidos como costumeiros, criam novos valores com vistas a mudanças de comportamento e atitudes. O ambiente escolar é o local ideal para o desenvolvimento do pensamento crítico (JACOBI; RAULFFLET; ARRUDA, 2011).

Seguindo o pensamento da educação como meio transformador do sujeito, para que este transforme o meio em que vive, disse Paulo Freire (2000, p.66-7),

urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos fundamentais como o respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem que estar presente em qualquer prática educativa de caráter

radical, crítico ou libertador [...]. Neste sentido me parece uma contradição lamentável fazer um discurso progressista, revolucionário, e ter uma prática negadora da vida. Prática poluidora do mar, das águas, dos campos, devastadora das matas, destruidora das árvores, ameaçadora dos animais e das aves.

Conscientizar indivíduos para que estes desenvolvam valores e mudem comportamentos só mesmo através da educação, por isso, o ensino fundamental é o tempo e o momento certo para o entendimento da sustentabilidade como meio de continuarmos existindo como espécie e preservando o meio ambiente para as gerações futuras.

"Pensar globalmente, agir localmente" este foi o lema da Eco92, e seguindo este pensamento foi criada a Agenda 21 Brasileira em 1996, pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS) cuja implementação foi iniciada em 2003. Entre as conquistas podemos destacar as Agendas 21 municipais, a ampliação da CPDS através do decreto presidencial de 03 de fevereiro de 2004, a formação de gestores municipais e ONG's em todo o país e sua inclusão no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA).

Outro passo importante no caminho para a educação sustentável foi a inclusão da educação para a sustentabilidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) através da lei nº12.608/2012 onde se determina sua participação obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio aos conteúdos obrigatórios. Já a LDBEN objetiva que a educação básica desenvolva indivíduos aptos a exercer a cidadania valorizando a experiência extraclasse. De fato, a prática do aprendizado desenvolve e envolve o aluno nas ações sustentáveis e, como exemplo, podemos citar os três "Rs" da educação sustentável que são a Reciclagem, a Reutilização e a Redução cujo objetivo é a diminuição da geração de resíduos. O aluno envolvido nesse processo e nesses projetos acaba atingindo o tripé da sustentabilidade, que envolve aspectos tanto sociais e ambientais quanto econômicos

O conceito que envolve as dimensões sociais, econômicos e ambientais e que juntos formam o já mencionado tripé da sustentabilidade foi criado em 1990 por John Elkington, co-fundador da organização não governamental internacional SustainAbility. Tal conceito reformulou os modelos tradicionais de negócios das empresas e passou a considerar as dimensões citadas acima. O aspecto social refere-se ao tratamento do capital humano de uma empresa; o ambiental, ao capital natural que envolve os recursos naturais renováveis e não renováveis e sua gestão. O aspecto

econômico trata dos processos de produção e consumo que visem a uma redução nos impactos gerados ao ambiente (DIAS, 2011).

Porém, pensar que a educação para sustentabilidade é uma questão apenas de aplicabilidade está completamente enganado com a realidade da educação pública no Brasil. Nossa educação anda defasada e esgotada com professores mal remunerados, mal capacitados para determinados desafios que essa nova era tecnológica nos traz, além de salas quentes, drogas nas escolas e frouxa legislação penal. Não podemos, sem uma educação adequada, combater a pobreza, a fome, a desigualdade social, preservar a água. Educação para ciência e tecnologia é deficitária em nosso país.

Contudo, entende-se que a educação é o caminho para transformar e programar mudanças capazes de impactar as gerações futuras. Felizmente há educadores dispostos a buscar novos conhecimentos e transmiti-los de forma adequada. São práticas diferenciadas de ensino que encontram obstáculos no tradicional e hegemônico sistema pedagógico escolar. Por vezes, a falta de apoio da gestão escolar e mesmo a falta de capacitação por parte da gestão pública impactam de forma negativa para a elaboração e mesmo continuidade de projetos pedagógicos de cunho sustentável (GUIMARÃES et al., 2009).

Chega-se no limite da utilização dos recursos naturais, vivenciamos o aquecimento global. Há muito que recuperar e a sociedade, governos e empresas precisam se unir para evitar um colapso ambiental de proporções globais. Um passo importante nesse processo é a educação para sustentabilidade (EPS) ao incentivar os envolvidos e apoiá-los no que for preciso, pois é dever dos gestores públicos e obrigação da sociedade, no exercício de sua cidadania, cobrar dos seus representantes a aplicação dessas práticas pedagógicas de ensino. Afinal, serão esses alunos de hoje os cidadãos do amanhã.

2.2 Gestão escolar

Cóssio (2006, p. 30-31) afirma que "democratizar a gestão da educação numa perspectiva social [...] requer, fundamentalmente, que a sociedade possa participar no processo de formulação e avaliação da política de educação e na fiscalização de sua execução". O que deve nos guiar enquanto cidadãos atuantes nos aspectos relacionados às práticas administrativas e pedagógicas desenvolvidas nas escolas. Como dito no tópico anterior, é fato que a escola é o local de amadurecimento de novas ideias, de novas práticas, de despertar nas crianças e jovens o espírito crítico, a fome de conhecer

e a sede de buscar novas fontes de produção e existência.

A gestão pública deve planejar como será feito todo o processo educacional do ano letivo e o Plano Político Pedagógico (PPP), que na maioria das vezes tem duração de 3 a 5 anos e norteia esse planejamento com as possibilidades de alterações no decorrer do tempo através de anexos. Organizar, a fim de direcionar recursos e funções para facilitar o trabalho e criar uma nova visão pedagógica. A direção fica por conta, através de nomeações que deveriam ser mais técnica do que política, da gestão escolar que por sua vez atua na condução do processo do PPP e controla a sua execução. Assim, as fases do ciclo do processo da administração, que são o Planejamento, Organização, Direção e Controle, se completa trazendo para ambas as partes, gestão pública e gestão escolar, uma equidade de responsabilidades na condução do ensino público no Brasil. Segundo Luck (2000), a escola e seus dirigentes perceberam a necessidade de mudanças na condução do ensino e aprendizagem e com isso não dispõe mais de modelos e sim de concepções.

Conceber novas práticas e formas de transmitir conhecimento também estão ligados a formação dos professores e a transformação destes em educadores. Podemos identificar neste processo a utilização de ferramentas tais como o Plano de Ensino e o Planejamento da Disciplina, que se diferenciam pela quantidade e distribuição de assuntos neles contidos e que serão melhores analisados na análise e interpretação dos dados.

No tocante à legislação,

a Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) vincula-se à Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC). Integra, juntamente com o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, o Órgão Gestor da PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99 e Decreto 4.281/02). Atuando junto aos sistemas de ensino e instituições de ensino superior, a Secad/MEC apóia ações e projetos de educação ambiental que fortaleçam a PNEA e o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em sintonia com os princípios e diretrizes do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, da Carta da Terra, da Carta das Responsabilidades Humanas e da Agenda 21. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

O FNDE, autarquia vinculada ao MEC, criou, em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PPDE) com objetivo de prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de melhorar a estrutura física e pedagógica além de fortalecer a participação social e autogestão escolar. O programa agrega ações que

estão agrupadas em três tipos de contas: PDDE Integral, PDDE Estrutura e PDDE Qualidade. É na conta estrutura que encontramos as destinações para as escolas sustentáveis.

É mediante estas políticas públicas que a educação para a sustentabilidade encontra incentivos para sua divulgação, implementação e continuidade nas escolas e nas comunidades que a rodeiam. Contudo, é preciso mensurar, qualificar, avaliar e fiscalizar se estas políticas e seus programas estão sendo desenvolvidos na prática e os resultados alcançados para que não permaneçam apenas no campo das boas intenções.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O tipo de pesquisa foi qualitativa, uma vez que seu objetivo foi analisar, mediante entrevistas e observações, as concepções e práticas sobre a sustentabilidade com alunos do ensino fundamental II, compreendidos entre o 6º e o 9º anos.

Antes das entrevistas foi realizada uma visita nas salas de aula. O pesquisador sempre acompanhado da professora de História, para explicar os motivos e o tema a ser abordado. Após as explicações, escolhia-se aleatoriamente os voluntários em um total de 10% dos alunos de cada sala visitada que continha entre 40 e 60 alunos, entregava-se os termos de consentimento para autorização das entrevistas, ou seja, para assinatura dos pais ou responsáveis. No dia seguinte, na biblioteca da escola, sempre às 14h30min, era dado início as entrevistas, uma série por dia durante quatro dias. O tema era mais uma vez explicado e exemplificado. Os alunos foram informados também que seguiriam um questionário cujo roteiro foi uma adaptação de Farias (2016), (ver Apêndice 1). E que as respostas não seriam ditas certas ou erradas, mas seria uma concepção do que para eles é a sustentabilidade e como a vivenciavam dentro e fora do ambiente escolar, de modo que os deixassem à vontade para falar. As entrevistas foram realizadas em grupo que continha de 4 a 6 alunos de acordo com o universo da amostra.

Observações no interior da escola e conversas com o diretor do turno da tarde e com a diretora geral também fizeram parte das pesquisas de campo e coleta de dados. Nas observações do interior da escola apenas umas garrafas pets que serviam de jardim suspenso e alguns coletores de lixo seletivo que não cumpriam mais seu papel foram detectados pelo pesquisador, o que sinalizava pouco empenho por parte da comunidade escolar em preservar o que já havia sido feito e descaso para com o que estava destruído, porém, ao se falar em comunidade escolar não são apenas os alunos e

professores, mas todos os funcionários que fazem a escola Dom Hélder Câmara e os pais ou responsáveis daqueles alunos.

Em conversa informal e não gravada, os diretores informaram que a escola Dom Hélder Câmara, naquele momento, não possuía nenhum projeto em andamento sobre sustentabilidade, mas que o tema fazia parte da rotina escolar. Acrescentou que uma atividade extraclasse para o cultivo de uma horta na escola tinha sido realizada e que o tema integrava as aulas de Ciências, Artes e História. A Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, impõe que a educação ambiental esteja integrada as matérias obrigatórias, o que foi constatado na pesquisa de campo e na análise dos planos de ensino e no planejamento das disciplinas, como será mostrado mais adiante.

Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes do colégio da rede pública municipal de ensino Dom Hélder Câmara, localizada no bairro do Valentina Figueiredo na cidade de João Pessoa - PB. A escolha do local da pesquisa deu-se pela facilidade de acesso, por ser o local de trabalho da esposa do pesquisador que integra o corpo docente e por isso já está familiarizado com os demais professores e a direção da escola.

A escolha dos sujeitos ocorreu em face da curiosidade do pesquisador em saber o nível de entendimento dos adolescentes do ensino fundamental II sobre sustentabilidade e de que forma a escola vem desenvolvendo a educação para a sustentabilidade, quais os projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento e como os atores deste processo estão se capacitando e desenvolvendo a conscientização dos sujeitos a respeito da sustentabilidade.

Utilizaram-se como instrumentos de coleta a observação, entrevistas e pesquisa documental. A observação foi estruturada e não-participante, ou seja, o pesquisador limitou-se a descrever as informações colhidas nas entrevistas permanecendo neutro aos dados colhidos de forma a ser um mero expectador. As entrevistas foram semi-estruturadas, seguiu um roteiro previamente estabelecido e o entrevistado ficou à vontade para desenvolver suas respostas da forma que as considerasse adequadas ao seu entendimento. O corpo docente e a direção da escola foram os primeiros entrevistados para que o pesquisador pudesse entender como as aulas são elaboradas e quais os conteúdos as compõem e se a escola segue as determinações legais referentes à educação para sustentabilidade.

As pesquisas teóricas e bibliográficas iniciais do tema foram realizadas através da base de dados do Google Acadêmico selecionando, após leituras dinâmicas,

artigos relacionados à sustentabilidade e educação para sustentabilidade, monografias, dissertações, livros e na Internet, por meio de consultas as páginas das Nações Unidas, MEC e FNDE.

O levantamento documental aconteceu na escola e contou com o Projeto Político Pedagógico (PPP), que norteia as diretrizes da instituição de ensino por um período, geralmente, de 3 a 5 anos, o plano de ensino e o planejamento das disciplinas. Estes dois últimos são de responsabilidade dos professores.

A análise de conteúdo, segundo Vergara (2012), é considerada como uma técnica para o tratamento de dados que tem como fundamento identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema.

Por sua vez, Bardin (1977) compreende que a análise de conteúdo é compreendida em três etapas básicas: a pré-análise; exploração do material e o tratamento dos dados e interpretação. Portanto, neste trabalho foi utilizada a análise de conteúdo para análise dos dados e interpretação da realidade do ponto de vista dos entrevistados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Educação para sustentabilidade no processo de formação dos estudantes na escola estudada

A educação evolui com o tempo e os relevantes assuntos, temas e problemáticas relacionados ao convívio social, econômico e ambiental também acompanham essa evolução e as necessidades que cada período nos traz. Atualmente, a preocupação com o meio ambiente e os meios de exploração dos recursos naturais, bem como sua crescente escassez, fazem do tema sustentabilidade uma necessidade prática e teórica a ser trabalhado em escolas de ensino fundamental, a fim de tornar as crianças e jovens em adultos conscientes da relação entre homem e meio ambiente.

A imposição, por força de lei, ao ensino obrigatório da educação para a sustentabilidade não é por modismo, mas por necessidade, consciência e evolução educacional. A escola, ao criar valores e conhecimentos sólidos a respeito da questão ambiental pode desenvolver gerações de adultos mais conscientes sobre sua participação nesse delicado equilíbrio ambiental. Mas, a participação dos pais, também se deve fazer presente nesta formação, pois, ao aprender algo novo sobre a prática da sustentabilidade como, por exemplo: o descarte adequado de pilhas e baterias, a separação do lixo ou

economia de água e energia, e ao chegar a casa vê esse aprendizado deixado de lado por aqueles que mais deveriam lhes educar. O que acontece é que aqueles pais não foram estimulados a serem sustentáveis, ou mesmo tiveram acesso à cultura sobre sustentabilidade. Esse descompasso tem potencial para interferir na formação do hábito.

Braga e Mello (2014) ampliam os horizontes educacionais ao envolver familiares e a comunidade em prol do êxito educativo transformando escolas em comunidades de aprendizagem (CA). De fato, ao envolver aqueles do convívio diário dos alunos e as associações de bairro às práticas sustentáveis desenvolvidas na escola as crianças criam hábitos e costumes que as acompanharão para a vida adulta, pois tais práticas serão incorporadas ao ambiente familiar.

Nesse sentido, a educação para a sustentabilidade, bem como práticas e projetos sustentáveis, são desenvolvidos na escola Dom Hélder sem muito impacto e envolvimento dos alunos, pois os mesmos não possuem um senso crítico ou mesmo desenvolvido quando o assunto é sustentabilidade. O ambiente familiar e social aos quais aqueles alunos estão inseridos podem influenciar diretamente no comportamento e hábitos tratando o tema aqui analisado sem nenhum entendimento. Consequentemente ao término das exposições, das aulas teóricas e dos projetos, não há mudanças visíveis ou mesmo retenção de conhecimento por parte dos alunos.

Em conversa com a direção da escola e com os professores das disciplinas de Artes, Geografia, Ciências e História foram relatadas que uma das ações extraclasse com o objetivo de envolver os alunos e mudar a rotina escolar é a visita, através de agendamento prévio, ao Centro Cultural Energisa. Ao chegarem, são apresentadas às oficinas dentre as quais ao consumo consciente de energia, a reutilização e economia da água e sua utilização para criação da energia. Essas visitas são sempre registradas em vídeo e postados em redes sociais como o *Facebook*, em que a escola tem uma página para divulgação de suas atividades.

Embora tenha vivenciado o tema sustentabilidade e como a escola trata o tema com seus alunos dentro e fora do ambiente escolar, a falta de conhecimento por parte destes mesmos alunos e a forma como relatam suas experiências sobre o tema reforçam a percepção de que o ambiente socioambiental ao qual estão inseridos é um entrave para o desenvolvimento de hábitos e valores desenvolvidos na escola. A ausência de cultura e educação bem como a extrema pobreza da grande maioria dos lares em que aqueles

alunos se encontram, reflete, muitas vezes, a difícil condição de reter o que lhes foi ensinado.

Contraditoriamente, ao perguntar aos entrevistados o conceito da sustentabilidade e exemplificar se os professores ensinavam ou falavam sobre sustentabilidade e se havia algum projeto ou prática na escola, a resposta da maioria foi que não. Apenas dois alunos do 8ª ano e os quatro entrevistados do 9ª ano disseram que, às vezes, os professores comentavam. Após estas primeiras respostas, decidiu-se perguntar a todos os entrevistados, um grupo por vez, se eles em algum momento visitaram algum local como atividade desenvolvida pela escola e o que eles tinham aprendido. Estas foram as respostas de quatro estudantes, cada um de uma série diferente, representando as quatro séries que envolvem o ensino fundamental II, conforme trechos a seguir:

E1: Sim, a gente foi lá na Energisa. (...) a gente aprendeu que economizar energia é bom pra natureza...

E2: A gente foi na Energisa... a gente aprendeu muita coisa...

E3: a gente foi na Energisa e lá no Cabo Branco. Eu aprendi que a natureza tem que ser cuidada...

E4: Fomos na Energisa. Foi massa, a economia de energia e o reaproveitamento da água...

Como se constata, os alunos não conseguem ou não associam o conceito sobre sustentabilidade ou como o tema é tratado no ambiente escolar, eles entendem apenas a relação com o meio ambiente e sua preservação. Nas pesquisas de Bezerra et al. (2014), os alunos da rede municipal de Serra Talhada/PE conhecem os problemas ambientais sem relacioná-los com a sustentabilidade o que corrobora com a pesquisa realizada na escola Dom Hélder Câmara.

Os motivos socioambientais já mencionados são fortes motivos por trás da pouca retenção do ensino, mas algo chama atenção ao lembrarem-se das atividades extraclasse, a menção aos professores de Artes e História. Estes professores são sempre lembrados pelos entrevistados e outros alunos pela sua forma de ensinar e sua presença em sala de aula. Consequentemente, o ensinamento por parte destes educadores foi melhor internalizado pelos entrevistados. A professora de História foi responsável pelas atividades extraclasse e pelo desenvolvimento de uma horta nas dependências da escola, e o professor de Artes, pelo desenvolvimento de projetos de reciclagem e descarte correto do lixo.

Então, percebe-se que o envolvimento por parte dos professores é de fundamental importância para o desenvolvimento e interesse dos alunos. Ao perguntar sobre as motivações e desafios enfrentados no dia a dia do professor de ensino fundamental, muitas foram as queixas e frustrações por parte daqueles profissionais: baixos salários, diferenciação de prestadores de serviços e efetivos, falta de material escolar, salas quentes e violência. Então, percebe-se que há mais frustrações que motivações, mas há aqueles que assumem uma responsabilidade de ensinar maior que simplesmente ministrar aulas, professores que passam a ser educadores e, com tal postura, passam a criar hábitos e valores e transformando o pensamento dos jovens tornando-os mais atuantes como agentes de sua própria transformação.

As pesquisas de Bezerra et al. (2014) nos mostram que o desenvolvimento sustentável só é possível com a mudança de hábitos, valores e comportamentos, por isso, passa primeiro pelo professor a necessidade de mudança, pois, as dificuldades para o exercício da profissão não são segredos para aqueles que desejam seguir a carreira.

Braga e Mello (2014) nos falam sobre Comunidades de Aprendizagem (CA), em que os processos de mudança envolvem toda a comunidade e o entorno da escola através do voluntariado de pais e responsáveis, associações de bairro etc. Envolver os pais no processo de educação dos filhos é multiplicar os hábitos aprendidos na escola. Infelizmente não há essa interação no colégio pesquisado, muito embora alguns pais ou mães participem das atividades extraclasse quando são chamados pelos professores de Artes e História. Para estes alunos cujos pais comparecem, podemos perceber uma melhor retenção do aprendizado e, conseqüentemente, um melhor entendimento sobre o processo da sustentabilidade.

4.2 Educação para sustentabilidade e o conteúdo ministrado nas disciplinas

O conteúdo ministrado pelos professores é planejado com antecedência de uma semana da seguinte forma: cada professor tem uma folga durante a semana, que é o dia do planejamento. Nesse dia, eles planejam na caderneta as aulas e sua metodologia, ou seja, se será aula expositiva, de campo, se será na biblioteca, se conterà vídeos etc. Infelizmente as cadernetas deste ano (2018) só foram entregues em julho, o que dificultou consideravelmente tal planejamento. Por conta deste atraso, alguns professores planejaram suas aulas em folhas de caderno, agendas ou simplesmente

entraram em sala sem o planejamento feito contando apenas com sua experiência docente. Posteriormente as cadernetas foram atualizadas.

Ao verificar o conteúdo das cadernetas, o pesquisador percebeu que apenas os professores das disciplinas de História, Artes e Ciências tinham, em seu planejamento, tópicos sobre o processo e as práticas da sustentabilidade. E não era uma constante, pois, a sustentabilidade é desenvolvida através de atividades extraclasse como as visitas ao Centro Cultural Energisa, Estação Cabo Branco e ao Parque Arruda Câmara (BICA). Após as visitas, os professores planejam as aulas dos dias seguintes baseados no que foi aprendido e discutido naquelas visitas. É quando o tema sustentabilidade é explicado de forma teórica.

As visitas este ano foram reduzidas de forma drástica, seja por falta de verba e disponibilidade de transporte seja pela falta de iniciativa dos professores, haja vista as disputas internas e políticas para a manutenção dos cargos de direção e suas eventuais disputas. Estes cargos, direção geral e de turnos, serão renovados após as eleições de 2018.

Para termos uma ideia do impacto destas disputas no ano letivo de 2017, segundo a direção geral, foram realizadas 11 visitas aos locais já mencionados e dois projetos de sustentabilidade: o primeiro de autoria do professor de Artes e tratou do tema de reciclagem e reaproveitamento de garrafas pet com a construção de um jardim suspenso, e o segundo, de autoria da professora de História, tratou da criação e manejo de uma horta dentro da escola. E, neste ano letivo de 2018, apenas duas visitas foram realizadas e apenas um projeto apresentado, o qual não pôde ser desenvolvido por falta de verba por parte da escola.

As disciplinas de Matemática e Português não apresentaram em suas anotações qualquer menção ao tema enquanto a disciplina de Geografia foi a que mais apresentou afinidade teórica ao tema sustentabilidade quando o assunto era geografia espacial ou geografia social, essa constatação ficou evidente após análise dos planos de aula contidos nas cadernetas escolares.

Quanto ao Projeto Público Pedagógico e ao plano de ensino o pesquisador teve um curto acesso, o primeiro devido às constantes ausências da diretora geral nos dias e horários de visitas à escola, mas devidamente justificado. O segundo, mesmo após

diversas solicitações por parte do pesquisador, apenas dois professores apresentaram, embora alguns dissessem que não tinham ou estavam concluindo.

O que ficou evidente é que, mesmo de forma ainda tímida, a escola pesquisada obedece ao que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina atividades extraescolares, e a Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012, que determina a educação ambiental está integrada às matérias escolares.

Nas observações e em conversas com alunos pelos corredores, o pesquisador pode perceber a falta de educação familiar entre a maioria dos jovens e a falta de uma cultura para a sustentabilidade, motivos pelos quais deve ser tímida a tentativa da escola em buscar tratar a educação para a sustentabilidade apenas com os alunos. Há uma crescente necessidade de envolvimento de toda a comunidade do entorno da escola, pais e funcionários para que a sustentabilidade como processo possa se desenvolver e transformar hábitos, costumes e valores de todos os envolvidos, o que corrobora com os estudos e pesquisas de Braga e Mello (2014), Garcia (2012) e tantos outros estudiosos e pesquisadores da área.

4.3 Percepções dos estudantes do ensino fundamental sobre a sustentabilidade na prática

Considerando que percepção é a capacidade de analisar, diagnosticar, avaliar algo; o mesmo que intuição, então os alunos entrevistados na escola Dom Hélder Câmara indicam perceber a sustentabilidade como um meio de preservação da natureza, e não um processo que permite sua permanência, atualmente, por tempo indefinido. Antes de iniciar as entrevistas o pesquisador explicou de forma didática e com auxílio de exemplos o que é e como se dá o processo da sustentabilidade bem como sua importância no contexto local, regional e mundial.

Ao final das explicações o pesquisador perguntava se tinham entendido e se tinham alguma dúvida ou comentário, todos diziam que tinham entendido. Uma das perguntas do roteiro aplicado nas entrevistas era se eles conseguiam imaginar qual importância a sustentabilidade teria no seu futuro educacional e profissional (questão 4). Todos os alunos entrevistados não souberam responder à pergunta. Este fato aponta para uma constatação: que eles não conseguem relacionar a sustentabilidade com o futuro ou sua necessidade para um futuro, mesmo que próximo.

Outra pergunta em que a semelhança das respostas foi um ponto forte foi sobre o que é sustentabilidade para o entrevistado. As respostas: é cuidar da natureza. Segue a transcrição de trechos das respostas a pergunta: Agora quero que você pense no que conversamos e me diga o que é sustentabilidade para você?

Estudante do 6º ano: “É cuidar da natureza para que a gente possa ter ela no futuro”

Estudante do 7º ano: “É cuidar da natureza”

Estudante do 8º ano: “É pensar no amanhã, preservar não só pra mim, mas pra outras pessoas no futuro”

Estudante do 9º ano: “É cuidar do meio ambiente para que outras pessoas possam aproveitar o que ela pode nos dá”.

Como podemos observar, os estudantes entrevistados percebem a sustentabilidade apenas pelo seu lado ambiental e ignoram seu lado social e econômico, elementos que em conjunto formam o tripé da sustentabilidade. Outro fato que chamou a atenção após as entrevistas é que apesar de serem de séries variadas eles possuem quase sempre as mesmas respostas ao tratarem o tema proposto, pois todos consideram a preservação ambiental como fator principal para a prática da sustentabilidade, seja pelo fato de participarem dos mesmos projetos escolares seja por experiências desenvolvidas fora da escola. Foi o caso do aluno do 8º ano, ao relatar que havia participado de coleta de lixo na praia do Cabo Branco ou mesmo quando falam sobre as visitas e as atividades por eles desenvolvidas.

Embora seja conflitante ouvir os estudantes falarem que os professores não fala sobre sustentabilidade e constatar através de observações e análise documental que não só falam como também a praticam, é compreensível, pois se percebe o pouco envolvimento por parte da maioria dos estudantes nas aulas e exercícios desenvolvidos em sala. Os estudantes são mais envolvidos e empolgados quando os exercícios são extraclasse.

Ao envolver os alunos nas práticas sustentáveis e apresentá-los às teorias em sala de aula, os professores passam aos alunos uma consciência ambiental que, segundo Jacobi (1999), é um desafio a ser superado e aprendido pela sociedade como elemento transformador do modo de vida socioeconômico que levamos atualmente. E foi exatamente o que apresentaram e perceberam quando falaram sobre sustentabilidade.

Diante das observações e entrevistas, fica evidente que as práticas extraclasse são mais impactantes e melhor absorvidas pelos alunos visto que a sustentabilidade e preservação ambiental guardam estreito relacionamento, senão único por parte do

entendimento dos entrevistados. Estas práticas são posteriormente desenvolvidas no ambiente escolar com o objetivo de tornarem-se hábitos regulares, segundo os professores envolvidos.

É preciso dar continuidade as aulas extraclases e aumentar os incentivos para o desenvolvimento de novos projetos sustentáveis para que a educação para a sustentabilidade seja de fato internalizada pelos alunos. Isso por que em uma realidade onde muitos jovens e crianças estão na escola para ter a oportunidade de mais uma refeição ou para fugir de problemas familiares é fato que aprender sem estímulos que os envolva é desafio para quem tenta ensinar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sustentabilidade como processo de desenvolvimento ambiental, econômico e social é uma necessidade mundial, porém, de forma variada e conforme suas vivências práticas a percepção de tal conceito é fracamente desenvolvida e assimilada pelos estudantes aqui entrevistados, seja por suas condições socioeconômicas seja pela falta de capacitação e motivação dos professores envolvidos nesta pesquisa.

Apesar da legislação vigente, como mencionado no referencial teórico, integrar a educação ambiental à educação para sustentabilidade, a percepção dos alunos entrevistados considera apenas o lado ambiental sem nenhum entendimento dos impactos econômicos e sociais, ou seja, o tripé da sustentabilidade. E essa percepção ambiental só foi possível através das práticas vivenciadas das atividades extraclases e na associação do bairro.

Ao longo da pesquisa percebeu-se que as aulas extraclasse são melhor internalizadas pelos alunos devido a um maior envolvimento por parte destes. As práticas sustentáveis no interior da escola também surtiram efeitos educacionais mais duradouros e permanentes como percebido nas entrevistas.

Quando o assunto é sustentabilidade no colégio Dom Hélder Câmara, a prática vem em primeiro lugar seguida da teoria, invertendo o tradicional “teoria e prática”, o que para esta análise não foi bem-sucedido. É preciso uma melhor capacitação dos professores para que possam ser agentes multiplicadores da educação para sustentabilidade e introduzir novos hábitos, valores e costumes em seus alunos e, em

seguida, para um entendimento da realidade que os cerca, levá-los às práticas e observações sustentáveis.

Esta pesquisa teve o objetivo de contribuir com pesquisas anteriores sobre percepções da sustentabilidade dos alunos em uma escola municipal Pessoaense e compreender como a escola desenvolve a educação para sustentabilidade com seus alunos do ensino fundamental II. O que ficou claro é que os alunos percebem apenas o aspecto ambiental da sustentabilidade sem compreender ou perceber o seu lado social e econômico.

Sugerem-se melhor capacitação dos professores para melhor transmissão de conhecimento referente ao tema, projetos que envolvam os pais dos alunos para que as práticas sustentáveis continuem em casa e projetos que envolvam as comunidades no entorno da escola.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Editora edições 70; 2000.

BEZERRA, Y. B. S. et al. Análise da percepção ambiental de estudantes do ensino fundamental II em uma escola do município de Serra Talhada (PE). *Revbea – Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 9, n. 2. p. 472-488, 2014. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/revbea/index.php/revbea/article/view/3939>>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

BRAGA, F. M.; MELLO, R. R. Comunidades de Aprendizagem e a participação educativa de familiares e da comunidade: elemento chave para uma educação de êxito para todos. *Educação Unisinos*, p. 165-175, maio/agosto 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2014.182.07/4232>>. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

BRASIL, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

BRASIL, Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres. *Diário Oficial da União*. Brasília. 10 de abril de 2012. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12608-10-abril-2012-612681-norma-pl.html>>. Acesso em: 12 de maio de 2018

CÓSSIO, M.F. Gestão democrática da educação: retórica política ou prática possível. In: CAMARGO, I. **Gestão e política da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

DIAS, Reinaldo (2011). Gestão Ambiental – Responsabilidade Social e Sustentabilidade. [S.l.: s.n.] [ISBN 978-85-224-6286-5](#)

FARIAS, L. C. Educação para sustentabilidade em Administração: uma análise das concepções de estudantes sobre sustentabilidade no contexto do curso de Administração de uma instituição federal de ensino superior. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. Programa Dinheiro Direto na Escola. PDDE. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/pdde>>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 66-7

GUIMARÃES, Roberto P.; FEICHAS, Susana A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a07v12n2>>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

GADOTTI, Moacir. **Educar Para a Sustentabilidade**: Uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire. 2008.

GARCIA, Narjara Mendes. Educação Parental: Estratégias de intervenção protetiva e as interfaces com a Educação Ambiental. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande/ RS, 2012. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2899/narjaragarcia%202012.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Disponível em www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

_____. **Educação Ambiental**: O desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Disponível em www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v31n2.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; ARRUDA, Michelle P. de. EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO: REFLEXÃO SOBRE PARADIGMAS E PRÁTICAS. **RAM**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 21-50, 2011. Disponível em http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6422/art_JACOBI_Educacao_par_a_a_sustentabilidade_nos_cursos_de_2011.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 de maio de 2018.

LÜCK, Heloísa. A aplicação do planejamento estratégico na escola. **Gestão em Rede**,

nº 19, abril, 2000, p. 8-13. Disponível em:

<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/luck_planejamento.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001. 343p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Educação ambiental. Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13637-educacao-ambiental>> Acesso em: 11 de maio de 2018.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Nações Unidas no Brasil. 17 objetivos para transformar o mundo. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 11 de maio de 2018.

RESENDE, T. de Freitas; SILVA, Gisele F. da. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399544484003>>. Acesso em: 12 de maio de 2018

SORRENTINO, Marcos. **De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil**. São Paulo: SMA. 1998. p. 27-32.

SANTOS, Helaine C. Carneiro dos. **Aquarela Sustentável**: Uma análise fenomenográfica sobre sustentabilidade, com uso de materiais visuais, numa organização escolar paraibana. Dissertação, PPGA/UFPB. João Pessoa, 2017

SILVA, Arthur W. Pereira da. **Crianças do hoje, gestoras do amanhã**: Uma análise das concepções de sustentabilidade de estudantes do ensino fundamental I, e das práticas de EPS de uma escola paraibana. Dissertação, PPGA/UFPB. João Pessoa, 2018.

SILVA, Laís Anulino. **Análise da percepção dos estudantes da rede pública do ensino fundamental II sobre sustentabilidade**. Trabalho de Conclusão de Curso/CA/UFPB. João Pessoa, 2016.

VEGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. São Paulo. Ed. Atlas, 12ª ed.- 2012

APENDICE – A

ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Introdução:

Explicar o motivo da pesquisa e a temática (sustentabilidade). Explicar sobre a necessidade de gravação da entrevista e confidencialidade dos dados. Enfatizar que todas as respostas são válidas.

Pergunta introdutória:

1- Para dar início a nossa conversa você(s) conseguiu(ram) perceber alguma ação na escola que lhe(s) fez pensar o que é sustentabilidade? Quais?

Perguntas intermediárias:

2- Você(s) poderia(m) falar um pouco sobre atividades que participou(ram) na escola sobre sustentabilidade?

3- Você(s) já participou(ram) de experiências em que praticou(ram) a sustentabilidade fora da escola?

4- Você(s) consegue(m) imaginar que importância a sustentabilidade terá no seu futuro (educacional, profissional)? Por quê? O que ela representa pra você(s)? Por quê?

5- Para você(s) o que é ser uma pessoa (cidadão) sustentável? (O que torna uma pessoa sustentável?)

6- A partir de tudo que você(s) viveu(ram), como você(s) acha(m) que a sustentabilidade pode ser inserida no ambiente escolar? (Através de atividades em sala de aula? Trabalhos escolares?)

Perguntas de acompanhamento:

a. Qual foi seu objetivo em fazer isso?

b. Qual foi o significado (disso) pra você?

c. O que (isso) representou?

d. Por que você considera (isso) um sinal de sustentabilidade?

e. Como você lidou com a situação?

f. Por que você quis fazer (isso)?

g. Por que você acha que esta pessoa agiu desta forma?

Perguntas finais:

7- Agora quero que você(s) pense(m) no que conversamos, e me diga(m) o que é sustentabilidade para você?

8- Você(s) gostaria(m) de acrescentar algo ao que disse(ram) anteriormente ou dizer alguma coisa sobre o assunto que não foi abordada na nossa conversa? Algo que você(s) associe(m) a ideia de sustentabilidade, um filme, um texto, uma música...

Roteiro adaptado de: Farias (2016)

